



MINISTÉRIO DA DEFESA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO 'Q' - 2º ANDAR, 2º ANDAR - Bairro Zona cívico-administrativa, Brasília/DF, CEP 70049-900
Telefone: (61) 3312-4104/ 4249/ 4104 e Fax: (61) 3312-8650 - www.defesa.gov.br

Contrato Nº 013-DEPTI-COLIC/2017

PROCESSO Nº 60584.000660/2016-74

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013-
DEPTI-COLIC/2017-MD, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA
DEFESA (MD)/DEPARTAMENTO DE
ADMINIS-TRAÇÃO INTERNA (DEADI)
E A EMPRESA FAST SECURITY
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
LTDA. ME.**

A **UNIÃO**, entidade de direito público interno, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, na cidade de Brasília-DF, CEP 70049-900, **CNPJ nº 03.277.610/0001-25**, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Administração Interna, o Senhor **ADRIANO PORTELLA DE AMORIM**, nomeado pela Portaria nº 2.083/Casa Civil, de 26/10/2016 (publicada no DOU nº 206, de 26/10/2016), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 1.532/MD, de 29/5/2012 (publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 022, de 1º/6/2012), CPF nº 012.201.397-26, portador da Carteira de Identidade nº 1648897 – SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. ME**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 10.647.012/0001-66**, sediada no SIA Trecho 02 – Lotes 1545 a 1595 – Ed. Pinheiro - CEP 71200-020, Brasília - DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **GUSTAVO LIMA MIRANDA**, portador da Carteira de Identidade nº 1.828.256 - SSP/DF e CPF nº 707.868.101-06, tendo em vista o que consta no **Processo nº 60584.000660/2016-74** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 19/2017-MD**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços empresa especializada para a prestação de serviço de atualização de licenças e assistência técnica para solução integrada de segurança McAfee em operação na Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR
1	1	Atualização de 2000 licenças da solução McAfee TOTAL PROTECTION FOR ENDPOINT (Proteção de terminais - Antivírus) com garantia para 12 (doze) meses - PN LXSIFM-AA e PN EPAYFM-AA.	2.000	41.820,00
	2	Assistência Técnica Especializada da solução McAfee TOTAL PROTECTION FOR ENDPOINT (Proteção de terminais - Antivírus) – Ref. Item 1.	1	2.113,92
	3	Atualização de 2000 licenças da solução McAfee DATA LOSS PREVENTION (Prevenção de perda de dados - DLP) com garantia para 12 (doze) meses - PN DLPYFM-AA.	2.000	28.980,00
	4	Assistência Técnica Especializada da solução McAfee DATA LOSS PREVENTION (Prevenção de perda de dados - DLP) – Ref. Item 3.	1	2.113,92
	5	Atualização de 2000 licenças da solução McAfee EMAIL GATEWAY (Segurança de email e antispam) com garantia para 12 (doze) meses – PN ESGYCM-AA.	2.000	80.780,00
	6	Assistência Técnica Especializada da solução McAfee EMAIL GATEWAY (Segurança de email e antispam) – Ref. Item 5.	1	2.113,92
	7	Atualização de 2000 licenças da solução McAfee WEB GATEWAY (Filtragem de conteúdo - Proxy) com garantia para 12 (doze) meses – PN WAMYCM-AA e PN WSGYCM-AA.	2.000	79.400,00
	8	Assistência Técnica Especializada da solução McAfee WEB GATEWAY (Filtragem de conteúdo - Proxy) – Ref. Item 7	1	2.113,92
	9	Atualização de 2000 licenças da solução McAfee VULNERABILITY MANAGER com garantia para 12 (doze) meses - PN FSWYCM-AA.	2.000	49.760,00
	10	Assistência Técnica Especializada da solução McAfee VULNERABILITY MANAGER – Ref. Item 9.	1	2.113,92
	11	Atualização de 2 licenças da solução McAfee INTRUSHIELD (Prevenção e Detecção de Intruso de rede - IPS) com garantia para 12 (doze) meses - PN IMTYCM-AD.	2	31.940,00
	12	Assistência Técnica Especializada da solução McAfee INTRUSHIELD (Prevenção e Detecção de Intruso de rede - IPS) – Ref. Item 11.	1	2.113,92

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação; e
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 325.363,52 (trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 52101 – Ministério da Defesa

PTRES: 107236

Fonte: 100

Ação: 2000 – Administração da Unidade

Programa de Trabalho: 2108 – Programa de Gestão e Manutenção da Unidade

Elemento de Despesa: 33.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4.2. Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no **valor de R\$ 16.268,18 (dezesseis mil duzentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A CONTRATADA deverá ser capaz de atender aos seguintes itens a fim de concluir o projeto em prazos razoáveis e atender as necessidades do Ministério da Defesa:

8.1.1. Informar ao Ministério da Defesa a data da entrega das licenças, após assinatura do contrato;

8.1.2. Entregar as licenças adquiridas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos no Departamento de Tecnologia da Informação - DEPTI, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “O”, em Brasília – DF, a contar da data de assinatura do contrato. Deve estar incluída a documentação técnica atualizada, drivers e outros programas necessários ao funcionamento dos equipamentos, os quais serão armazenados em mídia eletrônica;

8.1.3. No caso específico de licenças a serem distribuídas via Internet, será fornecida uma caixa postal eletrônica, a ser definida pelo DEPTI-MD, para a qual deverão ser encaminhadas;

8.1.4. A contratada será responsável em auxiliar a instalação completa do software e configuração das soluções em conjunto com o pessoal indicado pelo DEPTI-MD;

8.1.5. Após o fornecimento das licenças e antes da sua instalação nos equipamentos, a contratada deverá fornecer um plano de instalação que contemple todas as atividades a serem realizadas para garantir o menor impacto possível aos ambientes de produção da rede de dados do Ministério da Defesa atendendo às seguintes exigências:

8.1.5.1. A solução e todos os seus elementos deverão ser instalados, configurados, migrados, integrados e otimizados, segundo as melhores práticas do fabricante em termos de desempenho, disponibilidade e segurança, por técnico certificado por este, com transferência de conhecimento aos servidores do Ministério da Defesa, durante período de até 60 (sessenta) dias corridos seguintes à entrega das licenças, de modo a garantir total interoperabilidade no ambiente computacional do Ministério da Defesa;

8.1.5.2. Concluídos os serviços de instalação e configuração, deverão ser realizados testes de operação com todas as tecnologias envolvidas na solução, durante período de até 5 (cinco) dias corridos seguintes à instalação física, de modo a garantir total interoperabilidade no ambiente computacional do Ministério da Defesa objetivando a comprovação dos itens fornecidos e suas respectivas funcionalidades. Os resultados dos testes deverão ser incluídos na documentação a ser entregue.

8.1.6. O Departamento de Tecnologia da Informação deverá manter uma equipe técnica responsável por acompanhar a execução do contrato, cobrando da CONTRATADA os prazos determinados para fornecimento dos itens licitados, instalação das licenças, instalação da solução de segurança e execução dos repasses de conhecimento. Ao final da execução do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer a documentação de todos os trabalhos realizados no Ministério da Defesa, incluindo a documentação técnica das alterações realizadas na rede de dados.

8.1.7. A CONTRATADA deverá manter responsáveis pelo acompanhamento da implantação da solução no Ministério da Defesa, a fim de tratar das questões técnicas e administrativas.

8.1.8. O recebimento das licenças se dará no Ministério da Defesa e será:

8.1.8.1. Provisório, no prazo máximo de 20 dias, contados da efetiva entrega no Ministério da Defesa para posterior verificação da conformidade das licenças com as especificações, constando das seguintes fases:

8.1.8.1.1. Instalação das licenças;

8.1.8.1.2. Comprovação de que as licenças fornecidas atendem às especificações mínimas exigidas ou aquelas superiores oferecidas.

8.1.8.2. Definitivo, no prazo máximo de 30 dias corridos contados a partir do recebimento provisório e após a verificação da qualidade do produto e serviços disponibilizados e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

8.1.9. O recebimento provisório dos itens licitados não constitui aceitação dos mesmos. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que alguns dos itens foi entregue em desacordo com o solicitado, fora da especificação ou incompleto, a CONTRATADA será notificada e estará sujeita a aplicação das sanções cabíveis.

8.1.10. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que as licenças foram entregues em desacordo com o solicitado, fora da especificação ou incompletas, a contratada será notificada e deverá sanar as pendências em até 30 (trinta) dias corridos. A despesas referentes a troca de licenças, inclusive frete, correrá às expensas da contratada;

8.1.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. Das obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Proporcionar à Contratada, todas as condições necessárias à perfeita realização dos serviços objeto do contrato;

- 9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.1.3. Comunicar à Contratada, qualquer ocorrência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- 9.1.4. Notificar por escrito à Contratada a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;
- 9.1.5. Colocar à disposição da Contratada todas as informações necessárias à execução dos serviços;
- 9.1.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos de sua proposta;
- 9.1.7. Notificar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 9.1.8. Comunicar à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração e endereço de cobrança;
- 9.1.9. Informar à Contratada sobre atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados;
- 9.1.10. Avaliar o serviço prestado pela Contratada;
- 9.1.11. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços executados pela Contratada, mediante a apresentação de Fatura;
- 9.1.12. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN 04/2014;
- 9.1.13. receber o objeto do certame prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 21 da IN 04/2014;
- 9.1.14. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços;
- 9.1.15. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 9.1.16. comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- 9.1.17. realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas; e
- 9.1.18. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 9.2. Das obrigações da **CONTRATADA**:
- 9.2.1. Manter o sigilo relativo à execução do objeto contratado;
- 9.2.2. Adotar as medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo à execução do objeto contratado.
- 9.2.3. Identificar previamente as pessoas que, em seu nome, terão acesso a material, dados, informações e instalações da Contratante, que deverão obrigatoriamente assinar termo de compromisso de manutenção de sigilo.
- 9.2.4. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste Termo Contrato.
- 9.2.5. Submeter à prévia aprovação do Contratante toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas, de cunho administrativo, de implemento tecnológico ou legal indispensáveis à perfeita operacionalidade do sistema.
- 9.2.6. Zelar pela qualidade e pela segurança do objeto contratado.

9.2.7. Disponibilizar acessos para contatos ao suporte técnico, como endereço eletrônico, telefones e fax, durante o período de vigência do contrato.

9.2.8. Sujeitar-se à fiscalização do Contratante no tocante à verificação das especificações técnicas, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

9.2.9. Assumir a responsabilidade por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9.2.10. Assumir a responsabilidade por seus encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

9.2.11. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos acima descritos não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento, não onera o objeto do contrato e não restringe a regularização.

9.2.12. Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com deslocamentos, alimentação, estada transporte, instalação e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, arcando, dessa forma, com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

9.2.13. Instruir seus funcionários para que obedeçam as normas de segurança e aos procedimentos estabelecidos pelo Contratante.

9.2.14. Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus adicionais para o Contratante, se não previstas e expressamente autorizadas.

9.2.15. Realizar correta e rigorosamente os serviços, nos termos que lhe foram propostos e aceitos.

9.2.16. Manter-se, durante a vigência do contrato a ser firmado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação que lhe garantiram a contratação.

9.2.17. Honrar sua proposta comercial, bem como manter as condições técnico-comerciais que lhe garantiram a contratação, de modo a não prejudicar a execução do objeto contratado, devendo providenciar a regularização das eventuais pendências, no prazo indicado pelo Contratante, sob pena de rescisão contratual.

9.2.18. Acatar, nos termos do parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, as solicitações do Contratante para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto contratado.

9.2.19. O Ministério da Defesa não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

9.2.20. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

9.2.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.2.22. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

9.2.23. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

9.2.24. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

9.2.25. Durante o período estabelecido em contrato, as atualizações de hardware e software da solução, contemplando correções, melhorias ou novas funcionalidades deverão ser disponibilizadas ao CONTRATANTE para que sejam providenciados os procedimentos necessários à sua homologação.

9.2.26. As atualizações devem ser acompanhadas de documentação detalhada das modificações introduzidas, de modo a favorecer a adaptação dos usuários às novas características implementadas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços de suporte para a Garantia 24x7 deverão ser avaliados com base no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS) a seguir estabelecidos:

10.1.1. Este serviço deve estar disponível para acionamento no sistema 7x24 (sete dias na semana, vinte e quatro horas por dia) e para atendimento de hardware na modalidade NBD (Next Business Day) do fabricante, pelo período mínimo de 12 (doze) meses após a assinatura do Termo de Contrato, devendo a CONTRATADA emitir certificado de garantia, fazendo referência à quantidade de produtos (hardware e software) e serviços correspondentes. Os produtos importados devem ser acompanhados de documento oficial fornecido pelo fabricante, atestando, de forma explícita, que a GARANTIA É VÁLIDA NO BRASIL. Neste documento, deverão estar listados e discriminados os números seriais dos produtos, o tipo de garantia de cada um deles e a duração;

10.1.2. A **garantia técnica** deverá ser realizada, durante todo o período, pelo próprio fabricante ou por Assistência Técnica Autorizada, localizada em Brasília-DF, a fim de que sejam mantidos válidos todos os direitos oriundos da garantia, excluindo-se a possibilidade de falta de cobertura por manutenções realizadas sem a habilidade técnica necessária;

10.1.3. Nos casos em que a garantia técnica for prestada por meio de Assistência Técnica Autorizada, deverão ser divulgados, pelo fabricante, inclusive por meio de sítio na internet, para fins de identificação, o nome e o telefone da(s) Assistência(s) que prestará(ão) atendimento, bem como declaração do fabricante;

10.1.4. Compreende a manutenção e assistência técnica do tipo corretiva nos equipamentos, instalados no Departamento de Tecnologia da Informação - DEPTI do Ministério da Defesa, Brasília-DF, conforme este Termo de Contrato. Os procedimentos de garantia são destinados a recolocar em perfeito estado de operação os serviços e equipamentos tais como:

10.1.4.1. Do hardware: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no hardware, fornecimento de peças de reposição, substituição de hardware, atualização da versão de drivers, firmwares e software básico, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados; e

10.1.4.2. Do software (aplicativos e sistema operacional): desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no software, atualização da versão de software, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados.

10.1.4.3. Quanto às atualizações pertinentes aos softwares, entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia especificado.

10.1.5. A manutenção e assistência técnica corretiva serão realizadas sempre que solicitada pelo CONTRATANTE por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa CONTRATADA (fabricante ou sua credenciada) via telefone (com número do tipo “0800” caso a Central de Atendimento esteja fora da cidade em que está sediada a solução), Internet ou e-mail;

10.1.6. No atendimento aos chamados técnicos abertos, deverá ser disponibilizado suporte personalizado por um Analista designado;

10.1.7. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após confirmação de responsável do CONTRATANTE e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

10.1.8. A prioridade de atendimento dos chamados será definida pelo CONTRATANTE; e

10.1.9. Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como número de série e código do equipamento, anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço, versão do software utilizada no hardware e severidade do chamado, conforme tabela abaixo:

TABELA DE SEVERIDADE DE ATENDIMENTO DE CHAMADO		
NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO	PRAZOS
1 – Urgente	Serviço parado no ambiente de produção	Em até 01 (uma) hora

2 – Muito Importante	Erros ou problemas recorrentes que impactam o ambiente de produção	Em até 04 (quatro) horas
3 – Importante	Problemas contornáveis	Em até 8 (oito) horas
4 – Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros.	Em até 12 (doze) horas

10.1.10. Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços;

10.1.11. A CONTRATADA após a realização dos serviços de garantia deverá apresentar um **Relatório de Visita**, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, às providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável do CONTRATANTE;

10.1.12. O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela de Severidade de Chamado e contado a partir da hora de abertura do chamado, ou seja, a partir da hora de abertura do chamado é iniciada a contagem de tempo para o início do atendimento;

10.1.13. Após o início do atendimento, o tempo de solução do problema deverá ser de acordo com a Tabela de Solução do Chamado (abaixo), não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para as respectivas severidades, contados a partir da abertura do chamado técnico, e considerar que o atendimento ao hardware (reposição e ou substituição) é na modalidade NBD (Next Business Day) do fabricante.

TABELA DE SOLUÇÃO DO CHAMADO		
NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO	PRAZOS
1 – Urgente	Serviço parado no ambiente de produção, incluindo reposição de peça defeituosa.	Em até 4 (quatro) horas
2 – Muito Importante	Erros ou problemas recorrentes que impactam o ambiente de produção	Em até 8 (oito) horas
3 – Importante	Problemas contornáveis	Em até 12 (doze) horas
4 – Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros.	Em até 36 (trinta e seis) horas

10.1.14. Um chamado somente poderá ser fechado após confirmação de responsável do CONTRATANTE e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado;

10.1.15. Sempre que os tempos de início efetivo de atendimento e de solução não forem cumpridos, bem como surgir qualquer outra situação irregular, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA de tal fato, para que a mesma tome as devidas providências;

10.1.16. A CONTRATADA será eximida da aplicação das sanções administrativas para os respectivos chamados em que sejam descumpridos os tempos de solução, desde que comprovadas as seguintes situações:

10.1.16.1. Quando constatado que o problema está relacionado a “bug” no produto e que o fabricante não possui uma correção imediata para tal, sendo este fato declarado pelo próprio; e

10.1.16.2. Que a CONTRATADA tomou todas as medidas possíveis visando providenciar solução de contorno.

10.1.17. Este serviço deve estar disponível para acionamento e atendimento no sistema 7x24 (sete dias na semana, vinte e quatro horas por dia);

10.1.18. **O não atendimento dos prazos máximos definidos nos itens 10.1.9 e 10.1.13 por parte da CONTRATADA ensejará aplicação de multa, conforme subitem 10.3.3, do Termo de Referência, anexo do Edital.**

10.2. Os serviços de Suporte Técnico on-site 24x7 deverão ser avaliados com base no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS) a seguir estabelecidos:

10.2.1. Entende-se por atendimento técnico presencial (on-site) a execução, na edificação onde os equipamentos se encontram instalados, de procedimentos destinados a recolocá-los em perfeito estado de uso, nos casos de inoperância total ou parcial, defeito ou mau funcionamento. Compreende substituições, inclusive de peças, ajustes e reparos, de acordo com os manuais e normas técnicas do fabricante;

10.2.2. Os serviços de suporte técnico on-site serão prestados para os equipamentos, instalados no Departamento de Tecnologia da Informação - DEPTI do Ministério da Defesa, Brasília-DF, conforme o Termo de Referência, anexo do Edital e compreendem os tipos de serviços abaixo listados:

TIPO DE SERVIÇO	FORMA DE ATENDIMENTO	OBJETIVO
Manutenção Preventiva	Mensal, de forma remota ou, a critério do CONTRATANTE, de forma presencial, no local onde o equipamento está instalado.	Realizar atividades para aumentar a confiabilidade da solução e evitar a ocorrência de falhas e suas consequências.
Manutenção Corretiva	Sob demanda, de forma remota ou, a critério do CONTRATANTE, de forma presencial, no local onde o equipamento está instalado.	Realizar atividades para sanar incidentes/problemas apresentados no funcionamento da solução, abrangendo aspectos relacionados a hardware e software.
Apoio Técnico	Sob demanda, de forma remota ou, a critério do CONTRATANTE, de forma presencial, no local onde o equipamento está instalado.	Realizar atividades para sanar dúvidas sobre o funcionamento da solução, configuração do hardware e software que compõem a solução, topologia dos equipamentos nas redes de dados em que os mesmos estão instalados e configurações para garantir a alta disponibilidade da solução.

10.2.3. Os serviços do tipo Manutenção Preventiva compreendendo:

10.2.3.1. Procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de erros e defeitos dos equipamentos, de forma proativa, a fim de realizar inspeções no parque de elementos ativos instalados e nos softwares de configuração que gerenciam a solução em uso pelo MD;

10.2.3.2. As inspeções deverão ser realizadas mensalmente, em visitas de no mínimo 2 (duas) horas, por pelo menos 01 (um) técnico da CONTRATADA qualificado e certificado pelo fabricante dos equipamentos em uso pelo MD, para verificação de eventos de erro, coleta e avaliação de logs, verificação e inspeção visual das condições de funcionamento da solução;

10.2.3.3. Após a execução dos procedimentos manutenção e assistência técnica preventiva, a CONTRATADA deverá fornecer ao MD um Relatório de Atividade descrevendo todos os procedimentos efetuados, com base nas especificações e melhores práticas recomendadas pelo fabricante; e

10.2.3.4. **O não atendimento do prazo definido no subitem 10.2.2.2 por parte da CONTRATADA ensejará aplicação de multa, conforme subitem 10.3.3, do Termo de Contrato.**

10.2.4. Os serviços do tipo Manutenção Corretiva compreendem as seguintes atividades:

10.2.4.1. O atendimento às solicitações relacionadas a todo e qualquer incidente de hardware ou software, erros apresentados, formas de utilização do hardware ou software e correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;

10.2.4.2. O atendimento às solicitações relacionadas a todo e qualquer incidente nos equipamentos, incluindo correções de falhas ocorridas durante instalação de atualização ou ajustes nas configurações do equipamento;

10.2.4.3. O técnico da CONTRATADA deverá acompanhar o funcionamento do equipamento, certificando-se, após a realização de testes na presença de funcionário do CONTRATANTE, de que o problema foi solucionado;

10.2.4.4. A manutenção deverá ser realizada, preferencialmente, nas dependências do contratante. Havendo necessidade de remoção do equipamento para as dependências da CONTRATADA, as despesas de transporte, seguros e embalagens, correrão por conta da empresa contratada;

10.2.4.5. No caso de retirada de qualquer equipamento, a empresa contratada deverá assinar termo de retirada se responsabilizando integralmente pelo equipamento (hardware e software), enquanto o mesmo estiver em suas dependências ou em trânsito sob sua responsabilidade;

10.2.4.6. A CONTRATADA se responsabilizará pela guarda e sigilo de quaisquer informações armazenadas nos equipamentos e informará ao CONTRATANTE o funcionário que responderá pela segurança, tanto do equipamento, quanto das informações nele contidas; e

10.2.4.7. A CONTRATADA responderá em juízo, na forma da lei, pela divulgação de tais informações.

10.2.5. Os serviços do tipo Apoio Técnico compreendem a seguinte atividade:

10.2.5.1. Atendimento às solicitações do CONTRATANTE para sanar dúvidas sobre o funcionamento da solução, configuração do hardware e software que compõem a solução, topologia dos equipamentos nas redes de dados em que os mesmos estão instalados e configurações para garantir a alta disponibilidade da solução.

10.2.6. Forma do atendimento dos serviços de Suporte Técnico On-Site:

10.2.6.1. Os serviços de suporte técnico on-site serão prestados nos equipamentos instalados no Departamento de Tecnologia da Informação - DEPTI do Ministério da Defesa, Brasília-DF;

10.2.6.2. O serviço deve ser prestado em regime 24x7;

10.2.6.3. As atividades referentes ao serviço de manutenção e suporte técnico do tipo Manutenção Preventiva e Apoio Técnico deverão ser iniciada por abertura de Ordem de Serviço (OS) ou procedimento similar, por e-mail ou chamado telefônico, em língua portuguesa, e deverá ser registrado em sistema próprio da CONTRATADA;

10.2.6.4. Os serviços de atendimento a dúvidas técnicas e suporte de 1º Nível devem ser feitos direto com a empresa CONTRATADA de forma a disponibilizar para tratamento das dúvidas e incidentes reportados pelo CONTRATANTE. Caso as dúvidas ou o incidente reportado não seja solucionado pelo 1º Nível de suporte, o atendimento deverá ser escalado para níveis subsequentes (2º Nível ou 3º Nível), devendo o 3º Nível, obrigatoriamente, ser feito pela empresa CONTRATADA direto com o Fabricante através de acesso à Central de Assistência Técnica na modalidade 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);

10.2.6.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar um único Gerente de Suporte para que o Gestor do Contrato possa fazer contatos nos casos de aproximação ou término dos prazos de atendimento das OS abertas;

10.2.6.6. Uma OS somente poderá ser encerrada com a confirmação por técnico do Ministério da Defesa sobre a Solução da mesma, devendo o nome do técnico ser registrado na OS de forma a permitir a confirmação futura pelo Gestor do Contrato da solução da dúvida ou incidente reportado de que trata a OS em questão;

10.2.6.7. Na comunicação feita pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, serão fornecidas as seguintes informações para abertura da Ordem de Serviço:

- O número de série ou registro patrimonial do equipamento;
- Nome do responsável pela solicitação e acompanhamento do serviço; e
- A informação da anormalidade observada, classificada da forma do nível de gravidade, estipulada conforme itens abaixo:

TABELA DE SEVERIDADE DE ATENDIMENTO E DE SOLUÇÃO DO CHAMADO			
NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO MÁXIMO DE ATENDIMENTO	TEMPO MÁXIMO DE REPARAÇÃO
1 – Urgente	Situações de indisponibilidade total da solução, quando o equipamento deixa de realizar as suas funções	Em até 1 (uma) horas	Em até 4 (quatro) horas
2– Muito Importante	Situações que não causam indisponibilidade, mas que afetam de forma significativa o desempenho dos serviços	Em até 4 (quatro) horas	Em até 8 (oito) horas
3 – Importante	Quaisquer outras situações, como alarmes de avisos e esclarecimentos de dúvidas	Em até 8 (oito) horas	Em até 12 (doze) horas
4 – Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento, dentre outros.	Em até 12 (doze) horas	Em até 36 (trinta e seis) horas

10.2.6.8. O Tempo de Atendimento, em regime 24x7 (24 horas por dia e 7 dias da semana), é o tempo decorrido entre a abertura da Ordem de Serviço e o início efetivo da prestação dos serviços;

10.2.6.9. O Tempo de Reparação é o tempo decorrido entre o início efetivo da prestação do serviço e a solução definitiva da situação que levou a abertura da OS;

10.2.6.10. **O não atendimento dos prazos máximos definidos no subitem 10.2.5.9 por parte da CONTRATADA ensejará aplicação de multa, conforme subitem 10.3.3, do Termo de Referência;**

10.2.6.11. No caso das manutenções preventivas ou corretivas, o CONTRATANTE agendará com antecedência as implementações das correções junto à CONTRATADA, podendo ser fora do horário comercial, em feriados e finais de semana, sem ônus para o CONTRATANTE;

10.2.6.12. Todo evento, mudança na situação do chamado deverá ser comunicado preferencialmente por envio de e-mail, para o solicitante do chamado ou para os responsáveis técnicos previamente cadastrados.

10.3. Controles Administrativos referentes ao serviço

10.3.1. A CONTRATADA será responsável pela emissão e envio ao Gestor do contrato, até o 2º (terceiro) dia útil de cada mês, do **Relatório de Quantidade de Chamados Recebidos**, com possibilidade de filtrar por período nas seguintes opções:

10.3.1.1. Relatório do total de chamados recebidos, agrupados por tipo de problema, com possibilidade de filtrar por período;

10.3.1.2. Relatório sumarizado dos atendimentos efetuados, em um determinado período, agrupado conforme avaliados pelos usuários; e

10.3.1.3. Relatório dos chamados recebidos, contendo o tempo de atendimento, o técnico responsável, problema, os procedimentos executados, com possibilidade de filtrar por “status” e período.

10.3.2. O Gestor do contrato elaborará até o 4º (quarto) dia útil de cada mês emitirá o **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços** com base no Relatório de Quantidade de Chamados Recebidos dentro do mês;

10.3.3. O **Relatório Mensal de Avaliação de Serviços** deverá conter o cálculo da **Nota Mensal de Avaliação (NMA)**, pela fórmula $NMA = 10 - (\text{PONTOS PERDIDOS})$, considerando os pontos perdidos nas avaliações do indicador estabelecido no item 8.4 – Nível de Serviço:

10.3.3.1. Sempre que a NMA for maior ou igual a 9,0 e menor que 9,5 a CONTRATADA receberá advertência;

10.3.3.2. Sempre que a NMA for maior ou igual a 8,5 e menor que 8,9 a CONTRATADA receberá multa de 2% sobre o valor faturado no mês anterior ao de sua aplicação;

10.3.3.3. Sempre que a NMA for maior ou igual a 8,0 e menor que 8,4 a CONTRATADA receberá multa de 5% sobre o valor faturado no mês anterior ao de sua aplicação;

10.3.3.4. Sempre que a NMA for menor ou igual a 7,9 a CONTRATADA receberá multa de 10% sobre o valor faturado no mês anterior ao de sua aplicação; e

10.3.3.5. Sempre que a CONTRATADA acumular duas advertências consecutivas, receberá multa de 10% sobre o valor faturado no mês anterior ao de sua aplicação.

10.3.4. O Relatório Mensal de Avaliação de Serviços será encaminhado à CONTRATADA para a emissão da fatura referente aos serviços prestados;

10.3.5. O MD se reserva o direito de, a qualquer momento, promover alterações nos modelos de relatórios, que deverão ser ajustados pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos; e

10.3.6. O MD poderá solicitar o acréscimo de um relatório customizado para apresentação mensal a cada 6 (seis) meses de contrato.

10.4. Nível de Serviço

10.4.1. Os indicadores de Nível de Serviço Prestados estarão em conformidade com a tabela abaixo:

ÍNDICE Nº 01 - PRAZO DE ATENDIMENTO PARA SERVIÇOS DE GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO DEMANDADOS POR MEIO DE ORDENS DE SERVIÇO (OS)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Atender de forma eficiente durante a vigência do contrato às demandas de manutenção corretiva, preventiva e Assistência Técnica e Garantia, solicitadas por ordem de serviço.
Meta a cumprir	Efetuar o atendimento nos prazos estabelecidos neste documento.
Método de medição	O tempo de atendimento iniciará a partir da abertura da solicitação, via telefone e registrado em sistema próprio da CONTRATANTE.
Forma de acompanhamento	Será acompanhado pelo Fiscal Técnico do contrato ou Gestor do contrato.
Forma de Avaliação	Quando da ocorrência de um incidente, este deverá ser classificado conforme o estabelecido na Tabela de Severidade , observando-se os limites de prazo para o início de atendimento definidos para cada classificação. - Se o início de atendimento correspondente não for realizado dentro do prazo estabelecido, será considerada uma avaliação insatisfatória para cada ocorrência, correspondente a 0,3 (zero-virgula-três) pontos perdido na Nota de Avaliação Mensal, para cada avaliação insatisfatória.
	Quando do início de atendimento de um incidente , conforme o estabelecido na Tabela de Severidade , observando-se os limites de prazo para apresentação de solução, conforme estabelecido na Tabela de Solução de Chamado. - Se a apresentação da Solução, não for realizada dentro do limite de tempo estabelecido, será considerada uma avaliação insatisfatória para cada ocorrência correspondente a 0,3 (zero-virgula-três) pontos perdido na Nota de Avaliação Mensal, para cada avaliação insatisfatória, e mais 0,1 pontos perdido para cada fração de 48 (quarenta e oito) horas, subsequentes enquanto não for apresentado o referido prazo para solução completa do incidente.
	Quando a Manutenção Preventiva, prevista para ocorrer mensalmente, não for realizada em até 30 dias corridos após a Manutenção Preventiva imediatamente anterior. - 0,4 (zero-virgula-quatro) pontos perdido na Nota de Avaliação Mensal, e mais 0,1 pontos perdido para cada dia subsequente enquanto não for realizada a Manutenção Preventiva.

Não devolução de equipamentos ou qualquer componente removido das dependências da CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias úteis, em totais condições de funcionamento, sem justificativa expressa da Licitante Vencedora, aceita por escrito pelo MD.

- 0,4 (zero-vírgula-quatro) pontos perdido na Nota de Avaliação Mensal, e mais 0,1 pontos perdido para cada dia subsequente enquanto não for efetivada a devolução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

11.1. A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

11.1.1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Defesa ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

11.1.2. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações da Administração Central do Ministério da Defesa (POSIC-ACMD);

11.1.3. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Ministério da Defesa;

11.1.4. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão; e

11.1.5. Assinar Termo de Compromisso e de Manutenção do Sigilo.

11.1.5.1. O modelo do **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, se encontra **Apêndice II deste Termo**.

11.1.5.2. O modelo do **Termo de Ciência** da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão ou entidade (IN. 04/2014, Art. 19, Inciso V, alínea b), a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação se encontra no **Apêndice III do Termo de Referência, anexo do Edital**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Contrato.

12.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação

vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.1.6. não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa (MD), por até 2 (dois) anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções

previstas neste Termo de Contrato.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Pelo CONTRATANTE:

ADRIANO PORTELLA DE AMORIM
Diretor do Departamento de Administração Interna

Pela CONTRATADA:

GUSTAVO LIMA MIRANDA
Representante da Empresa

TESTEMUNHAS:

AÉCIO ALVARES DOS SANTOS
Gestor do Contrato

HAMILTON IWAMOTO DA SILVA
Fiscal Administrativo

MARCELO MONTEIRO DE ARAÚJO SANTOS
Fiscal Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Monteiro de Araújo Santos, Supervisor(a)**, em 21/08/2017, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Aécio Alvares dos Santos, Coordenador(a)**, em 21/08/2017, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Lima Miranda, Usuário Externo**, em 21/08/2017, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Hamilton Iwamoto da Silva, Gerente**, em 22/08/2017, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Portella de Amorim, Diretor(a)**, em 22/08/2017, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **0641397** e o código CRC **CED13C35**.



LTDA/00.543.061/0001-03/ 03,09,14,19 e 46; LARISSA AQUINO DE MEDEIROS-ME/21.638.856/0001-67/40, 41 e 42; PRIME IMPORTA-ÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - ME/14.491.610/0001-40/31,47,53,54,55,56,61,62,65 e 68;QUARTFRATTELI DESCARTÁVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI/25.008.579/0001-60/50 e 51;ALMIX SUPRIMENTOS/11.597.621/0001-67/04 e 17;GOLD COMERCIO DE EQUIPAMENTOS/11.464.383/0001-75/36;R.N.L. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME/06.043.786/0001-00/15,16,18 e 21; ALFAMAX COMERCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA E ESCRITÓRIO/16.812.837/0001-75/01,05, 06,07,11,20,23,25,28,29,33,37,38,43,44,45,49,52,66 E 67.

WALACE NELLO RODRIGUES SERODIO
Ordenador de Despesas

(SIDECE - 23/08/2017) 160089-00001-2017NE000017

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 UASG 160090

Número do Contrato: 2/2014.
Nº Processo: 055/2014.
INEXIGIBILIDADE Nº 1/2014. Contratante: COMANDO DO EXERCITO -.CNPJ Contratado: 00082024000137. Contratado : COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL-DO DISTRITO FEDERAL. Objeto: O presente termo aditivo tem por objetoa prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 02/2014-SGEx, de 06 de julho de 2014, por mais 12 meses, em conformidade com o artigo 57, inciso II, da Lai nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 06/07/2017 a 05/07/2018. Valor Total: R\$72.000,00. Fonte: 250270006 - 2017NE800002. Data de Assinatura: 05/07/2017.

(SICON - 23/08/2017) 160090-00001-2017NE800057

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 3/2017

Fornecedor vencedor do certame: H3D SOLUÇÕES DE-TELEINFORMÁTICA Ltda; CNPJ 14.062.549/0001-15; no valor total de R\$291.615,84.

ARTUR CHAVES TOURINHO - CEL
Ordenador de Despesas

(SIDECE - 23/08/2017) 160091-00001-2017NE800002

DIRETORIA DE FABRICAÇÃO
ARSENAL DE GUERRA DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 4/2017 UASG 160285

Nº Processo: 64004003288201773 . Objeto: Serviço de postagem de correspondência. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: A licitação é inviável, visto que os serviços contratados são os que a ECT detém o monopólio. Declaração de Inexigibilidade em 21/08/2017. MARCELO PACHECO. Ordenador de Despesas. Ratificação em 22/08/2017. LUIS HENRIQUE DE ANDRADE. Diretor de Fabricação. Valor Global: R\$ 19.247,30. CNPJ CONTRATADA : 34.028.316/0002-94 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

(SIDECE - 23/08/2017) 160285-00001-2017NE800001

DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO
1º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Nº 1 CGEO/RS (UASG 160382)

Acordo de Cooperação Técnica Entre O Comando do Exército (por intermédio da Diretoria de Serviço Geográfico - Dsg) e O Estado do Rio Grande do Sul (Por Intermédio da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão - Spgg/RS). Espécie: Acordo de Cooperação Técnica Nº 98/2017-FPE/RS e Nº 17-081-00/EME. OBJETO: a integração de esforços para a geração, organização e compartilhamento de uma base cartográfica digital contínua do território do Estado do Rio Grande do Sul (ERS), no âmbito da sua Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE/RS) e da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União. DATA DE ASSINATURA: 18 de Agosto de 2017. SIGNATÁRIOS: General de Brigada Pedro Paulo Levi Mateus Canazio, Diretor do Serviço Geográfico do Exército; e Carlos Antônio Búrgio, Secretário de Estado de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Rio Grande do Sul.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017082400031

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 40/2017 UASG 112408

Nº Processo: 60550007394201606 . Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos para a Subseção de Abastecimento de Medicamentos do HFA (SAMED HFA). Total de Itens Licitados: 00361. Edital: 24/08/2017 de 08h30 às 12h00 e de 13h30 às 16h30. Endereço: Setor Hfa Sudoeste - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/112408-05-40-2017. Entrega das Propostas: a partir de 24/08/2017 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/09/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JORGE RICARDO AUREO FERREIRA
Ordenador de Despesas

(SIDECE - 23/08/2017) 112408-00001-2017NE800075

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO
INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2017 UASG 110404

Nº Processo: 60584000660201674.
PREGÃO SISPP Nº 19/2017. Contratante: MINISTERIO DA DEFESA -.CNPJ Contratado: 10647012000166. Contratado : FAST SECURITY TECNOLOGIA DA -INFORMACAO LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de atualização de lincenças e assistência técnica para solução integrada de segurança McAfee em operação na Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto 2.271/1997 e IN SLTI/MPOG 2/2008e suas alterações. Vigência: 22/08/2017 a 21/08/2018. Valor Total: R\$325.363,52. Fonte: 100000000 - 2017NE801111. Data de Assinatura: 22/08/2017.

(SICON - 23/08/2017) 110404-00001-2017NE800190

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 22/2017 UASG 110404

Número do Contrato: 22/2013.
Nº Processo: 60220000803201243.
PREGÃO SISPP Nº 23/2013. Contratante: MINISTERIO DA DEFESA -.CNPJ Contratado: 03964292000170. Contratado : STAR ONE S.A. -.Objeto: Prorrogar, em caráter excepcional, por até 12 (doze) meses, contados de 19/08/2017 até 18/08/2018. Fundamento Legal: § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 19/08/2017 a 18/08/2018. Valor Total: R\$785.290,56. Fonte: 100000000 - 2017NE800040. Data de Assinatura: 17/08/2017.

(SICON - 23/08/2017) 110404-00001-2017NE800190

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 826699/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA DEFESA, Unidade Gestora: 110594, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE CUJUBIM, CNPJ nº 84.736.941/0001-88. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 465.750,00, Valor de Contrapartida: R\$ 15.750,00, Vigência: 17/10/2016 a 21/08/2018. Data de Assinatura: 22/08/2017. Assina : Pelo MINISTERIO DEFESA - MINIST.DA DEFESA / ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS- DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE.

(SICONV(PORTAL) - 23/08/2017)

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 150002

Número do Contrato: 23/2016.
Nº Processo: 23000013382201611.
PREGÃO SRP Nº 16/2016. Contratante: MINISTERIO DA EDUCACAO -.CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado : CLARO S.A. -.Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 23/2016 e consignar na dotação orçamentária as despesas decorrentes. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 26/08/2017 a 26/08/2018. Valor Total: R\$834.340,50. Fonte: 100000000 - 2017NE800216. Data de Assinatura: 22/08/2017.

(SICON - 23/08/2017) 150002-00001-2017NE800001

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2017 - UASG 153010

Número do Contrato: 67/2013.
Nº Processo: 23063001523201367.
DISPENSA Nº 91/2013. Contratante: CENTRO FED DE ED TECNOLOGICA CELSOSUCKOW DA FONSECA RJ. CNPJ Contratado: 34028316000294. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Original até 26/07/2017. Fundamento Legal: Lei 8666/93, suas atualizações e outros dispositivos legais. Vigência: 26/07/2017 a 26/07/2018. Data de Assinatura: 26/07/2017.

(SICON - 23/08/2017) 153010-15244-2017NE800086

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 47/2017 UASG 153010

Processo: 23063002044201718 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de cartuchos para impressoras, fotocondutor, recipiente de resíduo de toner, kit tambor (cilindro) e kit manutenção, visando atender às necessidades dos campi Maracanã, Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Valença e Angra dos Reis do CEFET/RJ. Total de Itens Licitados: 00058. Edital: 24/08/2017 de 10h00 às 12h00 e de 13h00 às 16h00. Endereço: Avenida Maracanã 229, Bloco A, Sala 206 Maracanã - RIO DE JANEIRO - RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153010-05-47-2017. Entrega das Propostas: a partir de 24/08/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/09/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Em caso de divergência entre as especificações do objeto e dos locais de entrega descritos no COMPRASNET e as que constam no Termo de Referência, o licitante deverá obedecer este último. Este Edital poderá ser retirado no DEPAD, à Avenida Maracanã 229, Bloco A, sala 206 - Maracanã, mediante apresentação do carimbo com CNPJ da firma, ou terá um custo reprográfico de R\$ 0,10 (Dez Centavos) por página, ou no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

MATHEUS BILRO SA BARROSO
Pregoeiro

(SIDECE - 23/08/2017) 153010-15244-2017NE800086

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLOGICA DE MINAS GERAIS

EXTRATOS DE TERMOS DE EXECUÇÃO DE PROJETO

ESPÉCIE: Termo de Execução de Projeto Nº 1/2017. PARTES: CEFET-MG e a Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais - FCM. OBJETO: "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em MBA em Gestão de Tecnologia de Informação - Turma 2017". Com prazo de vigência de 27 (vinte e sete) meses a partir de 16/08/2017. Processo 23062.012013/2016-78.

ESPÉCIE: Termo de Execução de Projeto Nº 2/2017. PARTES: CEFET-MG e a Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais - FCM. OBJETO: "Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros". Com prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses a partir de 11/08/2017. Processo 23062.000322/2017-86.

COLÉGIO PEDRO II

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 29/2017

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 23040002529201743. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio administrativo, através de postos de cozinheiro 44 horas semanais, de segunda-feira a sábado, a ser executada de forma contínua para a Unidade de Educação Infantil - Reitoria do Colégio Pedro II, conforme condições, quantidades e exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso).

OSCAR HALAC
Reitor

(SIDECE - 23/08/2017) 153167-15201-2017NE000001

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 843470/2017, Nº Processo: 23038010499201798, Concedente: FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR, Conveniente: FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA FUNECE CNPJ nº 07885809000197, Objeto: Aquisição de equipamentos de uso compartilhado destinados à melhoria da estrutura de pesquisa científica e tecnológica dos Programas de Pós-Graduação da Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE, Valor Total: R\$ 534.080,93, Valor de Contrapartida: R\$ 5.287,93, Valor a ser transferido ou des-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.